



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**09/12/2010**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. COMARCAS.....	2 - 3
2.2. CÂMARA CÍVEL.....	4 - 5
2.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CÂMARA CÍVEL.....	7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. INSTITUCIONAL.....	8 - 9
4.2. PAUTA ZERO.....	10
4.3. TRIBUNAL DO JÚRI.....	11

**▶ FLAGRADOS**

## Presos perdem benefício do semiaberto

Os presos flagrados pelo programa Fantástico (Rede Globo) descumprindo a exigência de trabalho no regime semiaberto vão voltar para a prisão. O juiz titular da Vara de Execução Criminal (VEC), Jamil Aguiar, informou que foi determinada a suspensão imediata da liberdade dos detentos.

Eles deverão deixar o albergue do bairro do Olho D'Água e voltar à Penitenciária de Pedrinhas. "Estamos realizando diligências para aprofundar as investigações sobre o comportamento deles e vamos deliberar sobre a regressão do regime de cumprimento de pena", adiantou. A possibilidade da

regressão da pena desses sentenciados foi questionada pelo desembargador Froz Sobrinho, presidente do Grupo de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão, que pediu informações à VEC sobre os procedimentos adotados diante da denúncia.

# Casamento está movimentando interior do MA

Duzentos e setenta casais se inscreveram para a cerimônia comunitária que será realizada em Olho d'Água das Cunhãs

**OLHO D'ÁGUA** - Um grupo de 270 casais confirmará o "sim" em casamento comunitário que a Comarca de Olho d'Água das Cunhãs promoverá dia 16 deste mês, às 16h, na sede da Secretaria de Assistência Social do município.

Com o fim das inscrições, teve início a habilitação dos noivos, com a análise de documentos pessoais. O comércio recebeu ofício da juíza titular da comarca, Josane Braga, no qual solicita brindes para serem distribuídos entre os noivos.

Os casais inscritos tiveram atendimento médico em postos de saúde e hospital municipais. Os exames pré-nupciais (Doenças Sexualmente Transmissíveis—DST/Aids e outros) foram proporcionados em parceria com a administração de Olho d'Água das Cunhãs.

As noivas gestantes tiveram atendimento diferenciado e foram encaminhadas para tratamento pré-natal também disponibilizado com a parceria.

Queima de fogos, bolo, decoração, coquetel, brindes, show musical, bênçãos de padre e pastor, exibição de vídeo com as etapas preparatórias do evento e mensagem do corregedor-geral da Justiça, An-

tonio Guerreiro Júnior, constam na programação. Cinco magistrados vão auxiliar na celebração.

Os comerciantes estão animados com festas, jantares e eventos agendados pelos noivos. "O casamento comunitário está mexendo com a economia local", afirmou Josane Braga. Em uma casa de aluguel de roupas, oito noivas reservaram trajes nupciais e em outras se intensifica o aluguel das roupas de festa.

**União** - O casamento comunitário realizado pela Corregedoria Geral de Justiça visa promover a proteção da família e a inclusão social por meio da regularização do estado civil dos casais em situação de hipossuficiência econômica (não é auto-suficiente), conforme previsto na Constituição Federal.

A proposta tem caráter educativo. Os casais beneficiados passam a difundir nas comunidades em que vivem como proceder e qual a documentação exigida para dar entrada ao processo de habilitação de casamento, sem que haja necessidade de recorrer a intermediários ou aguardar a realização de casamentos coletivos para regularizarem suas uniões.

# CGJ vai ajudar comarcas com acúmulo processual

Núcleo de Efetividade Judiciária já está atuando na Comarca de Vitória do Mearim

O Judiciário estadual passa a contar com um Núcleo de Efetividade Judiciária, com competência para atuar em atividades jurisdicionais relativas a processos cíveis e criminais de comarcas e varas designadas por portaria da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).

A criação e atribuições do órgão – que passa a atuar diretamente no Projeto Pauta Zero, de ajuda a comarcas e varas com acúmulo de processos – estão definidas em provimento assinado pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior.

O núcleo recebeu primeira tarefa na segunda-feira (6) quando 20 juízes começaram a despachar e sentenciar 2.800 processos conclusos na Comarca de Vitória do Mearim.

Ao fim da semana, cada magistrado enviará relatório com o total de despachos e sentenças ao coordenador do grupo de trabalho, juiz Pedro Holanda Pascoal, da Comarca de Tuntum.

O relatório final de cada comarca ou vara atendida será apresentado pelo corregedor ao Plenário do Tribunal de Justiça.

“Os juízes que integram o núcleo tem competência para decidir e despachar monocraticamente os processos encaminhados a eles e de orientar os serviços de secretaria de vara, com o objetivo de



Divulgação

Juízes que estão sentenciando processos em Vitória do Mearim

atingir maior eficiência na prestação jurisdicional”, disse Pascoal.

Guerreiro Júnior explicou que os juízes indicados para compor o núcleo firmaram compromisso de manter média mensal de produtividade nas comarcas ou varas da quais são titulares. “Há preferência pelos titulares que não tenham autos conclusos para julgamento há mais de trinta dias”, observou.

A indicação das comarcas e varas a serem contempladas com o Pauta Zero será feita pelo corregedor, por ofício (iniciativa própria), ou a pedido do juiz titular.

**Pauta Zero** – A Corregedoria

Geral da Justiça implantou, em Vitória do Mearim, o Projeto Pauta Zero, que visa despachar e sentenciar todos os processos conclusos em comarcas estaduais com movimento processual elevado e orientar as secretarias judiciais para maior efetividade de serviços.

O Pauta Zero é baseado em ação do mesmo nome do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte. A iniciativa de trazer o projeto para o Maranhão é do corregedor Guerreiro Júnior, que acredita que projeto pode reduzir substancialmente o estoque de processos em comarcas com demanda elevada.

## E MAIS

- **Duramente** atingido por decisão judicial, o ex-prefeito de São Luís Ta-deu Palácio se movimenta para desfazer o que considera um entendimento equivocado.



José Augusto foi o mais votado na eleição que definirá lista tríplice

## Decisão valida a candidatura do reitor da Uema

Presidente em exercício do TJ cassa liminar que deixou *sub judice* a participação de José Augusto no pleito; lista tríplice pode ser feita

**Décio Sá**  
Da editoria de Política

O desembargador Bayma Araújo, no exercício da presidência do Tribunal de Justiça, cassou terça-feira liminar da juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luíza Madeiro Neponucena, que havia suspenso a candidatura à reeleição do reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), José Augusto Oliveira. Por conta da decisão, o conselho universitário da universidade deve preparar ainda hoje a lista tríplice a ser encaminhada à governadora Roseana Sarney. Ela tem dito que nomeará o mais votado. José Augusto é o primeiro da relação formada ainda pelos professores José Gomes e José Belo Salgado Neto.

A decisão pode ter colocado fim ao imbróglio jurídico em que se transformou a eleição na Uema. Atendendo ação ajuizada pelos adversários do reitor, Luíza Neponucena entendeu que José Augusto estava partindo para a segunda reeleição consecutiva, o que seria proibido pelo es-

tatuto da instituição. Ele assumiu em 2006 como vice-reitor, após a desincompatibilização do então titular do cargo Waldir Maranhão, que se elegeu deputado.

**Decisões** - A desembargadora Nelma Sarney cassou a decisão da juíza e depois a também desembargadora Maria das Graças Duarte cassou a decisão da colega, determinando a suspensão do processo eleitoral da universidade e a divulgação do resultado. A comissão eleitoral não respeitou esse despacho, fez a eleição e divulgou o resultado. Por isso, ela convocou o reitor a prestar esclarecimentos.

"Se o conselho [universitário] diz que ele pode concorrer, como é que eu vou dizer não? Se a pessoa tem direito, eu tenho de dar. O formalismo nunca pode suplantar o direito porque seria, antes de tudo, uma injustiça irreparável. "É como o sujeito que mata uma pessoa e diz que não pode ser preso por uma falha processual", comparou Bayma Araújo.

# Presos retornam a penitenciária após denúncia

## Juiz da Vara de Execução Criminal determina suspensão da liberdade dos detentos mostrados em programa de TV

O juiz titular da Vara de Execução Criminal (VEC), Jamil Aguiar, informou que foi determinada a suspensão imediata da liberdade dos detentos denunciados no programa Fantástico, da Rede Globo, de domingo, que mostrou seis sentenciados que estariam descumprindo as exigências impostas pelo regime semi-aberto, no qual o preso trabalha durante o dia e dorme na penitenciária.

Segundo o juiz, eles deverão deixar o albergue do bairro Olho d'Água e voltar à Penitenciária de Pedrinhas. "Estamos realizando diligências para aprofundar as investigações sobre o comportamento deles e vamos deliberar sobre a regressão do regime de cumprimento de pena", disse o magistrado.

A possibilidade da regressão da pena desses sentenciados foi questionada pelo desembargador Froz Sobrinho, presidente

do Grupo de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão, que pediu informações à VEC sobre os procedimentos adotados diante da denúncia.

Segundo os artigos 50 e 118 da Lei de Execução Penal, nos casos de descumprimento das regras impostas pela Justiça, os detentos em regime semi-aberto poderão ser transferidos para um mais severo, quando for comprovada a não adaptação ao regime e a dificuldade de reintegração social.

O desembargador esclareceu ainda que nenhum dos internos mostrados na reportagem é assistido pelo "Programa Começar de Novo" que promove a reinserção de presidiários no mercado de trabalho, após o cumprimento da pena. "Os egressos passam por uma triagem antes de receberem esse benefício", disse.



## CAPÍTULO FINAL (1)

Parece que agora, finalmente, a eleição para escolha da lista tríplice de candidatos a reitor da Universidade Federal do Maranhão tem um desfecho lógico. O desembargador Antônio Bayma Araújo, no exercício da presidência do Tribunal de Justiça, cassou a liminar da juíza Luíza Madeiro Neponucena, que havia melado a candidatura do reitor José Augusto Oliveira, o mais votado no pleito, com larga vantagem.

## CAPÍTULO FINAL (2)

A decisão desembaraça a definição da lista que deve ser encaminhada ainda hoje à governadora Roseana Sarney para nomear o nome que lhe convier. Ela havia declarado que nomearia o mais votado. O segundo da ordem de votação é o professor José Gomes, e em terceiro, José Belo Salgado Neto.

## CAPÍTULO FINAL (3)

Bayma tornou sem efeito a decisão da desembargadora Maria das Graças Duarte que proibiu a Uema até de divulgar a lista tríplice, enquanto o TJ não julgasse o mérito de sua liminar. Ao blog do jornalista Dércio Sá, Bayma foi taxativo: "O formalismo nunca pode suplantear o direito porque seria, antes de tudo, uma injustiça irreparável"

## ***Marcha contra a corrupção acontece hoje em São Luís***

Um grupo de cerca de 500 militantes e lideranças do movimento social maranhense participará hoje, em São Luís, de diversos atos que marcarão o Dia Internacional Contra a Corrupção. Logo cedo, às 7h30, delegações com representantes de municípios de diversas regiões do estado se concentrarão no retorno do Tirirical. **PÁGINA 5**

## ***Marcha contra a corrupção acontece hoje em São Luís***

***500 militantes de diversas regiões do Maranhão se  
concentrarão no retorno do Tirirical, a partir das 7h30;  
ato lembrará o Dia Internacional Contra a Corrupção***

Um grupo de cerca de 500 militantes e lideranças do movimento social maranhense participará hoje, em São Luís, de diversos atos que marcarão o Dia Internacional Contra a Corrupção. Logo cedo, às 7h30, delegações com representantes de municípios de diversas regiões do estado se concentrarão no retorno do Tirirical.

No mesmo local, acontecerá o ato de abertura da II Marcha do Povo Contra a Corrupção e Pela Vida – a primeira aconteceu dias 22 e 23 de junho de 2010 –, que terá início no Parque Folclórico da Vila Palmeira, às 9h.

A marcha se dirigirá à Procuradoria Geral de Justiça (Rua Grande, Canto da Fabril, Centro), com previsão de chegada ao meio-dia, quando se verificará o andamento de representação contra prefeitos inadimplentes, protocolada no órgão por ocasião da I Marcha.

Será apresentada, ainda, na PGJ, uma representação contra o prefeito de Anajatuba, Nilton da Silva Lima Filho, o “Dr. Nilton” (PV), considerado um caso exemplar de corrupção pelas lideranças da Marcha. A representação contra Dr. Nilton (PV), prefeito de Anajatuba, será entregue também na Procuradoria Geral da República (Rua das Hortas, Centro), às 14h.

Às 15h, o Auditório da OAB/MA será o palco de um ato de desagravo. Cáritas Brasileira Regional Maranhão, OAB/MA, CPT, MST/MA, ASP/MA, CIMI, FMSAN, CESAN, Redes e Fóruns de Cidadania, CTB e Sinproesemma



**Prefeito de Anajatuba é considerado ‘caso exemplar de corrupção’ por militantes sociais**

ouvirão entidades e lideranças, que apresentarão casos de violação de direitos humanos no Maranhão.

No ato, será lançado o Observatório da Justiça e Cidadania do Estado do Maranhão, um desdobramento do Tribunal Popular do Judiciário. Após a leitura de seus objetivos e de sua carta de princípios, haverá a assinatura da Carta de Adesão pelas entidades.

**Data** – O 9 de dezembro foi instituído como Dia Internacional Contra a Corrupção a partir de proposta da delegação brasileira presente à Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, realizada em Mérida, México, em 2003. Mais de 100 países, inclusive o Brasil, assinaram a convenção. No Brasil, o texto da Convenção foi aprovado em maio de 2005, passando a vigorar, com força de lei, em janeiro do ano seguinte.

# Corregedoria cria núcleo para ajudar comarcas com acúmulo processual

O Judiciário maranhense passa a contar com um Núcleo de Efetividade Judiciária, com competência para atuar em atividades jurisdicionais relativas a processos cíveis e criminais de comarcas e varas designadas por portaria do corregedor-geral da Justiça.

A criação e atribuições do órgão – que passa a atuar diretamente no projeto Pauta Zero, de ajuda a comarcas e varas com acúmulo de processos – estão definidas em provimento assinado pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior.

O núcleo recebeu primeira tarefa na segunda-feira, 6, quando 20 juízes começaram a despachar e sentenciar 2.800 processos conclusos na Comarca de Vitória do Mearim.

Ao final da semana cada magistrado enviará relatório com o total de despachos e sentenças ao coordenador do grupo de trabalho, juiz Pedro Holanda Pascoal, da Comarca de Tuntum. O relatório final

de cada comarca ou vara atendida será apresentado pelo corregedor ao Plenário do Tribunal de Justiça.

“Os juízes que integram o núcleo têm competência para decidir e despachar monocraticamente os processos encaminhados a eles e de orientar os serviços de secretaria de vara, com o objetivo de atingir maior eficiência na prestação jurisdicional”, diz Pascoal.

Guerreiro Júnior explica que os juízes indicados para compor o núcleo firmaram compromisso de manter média mensal de produtividade nas comarcas ou varas da quais são titulares. “Há preferência pelos titulares que não tenham autos conclusos para julgamento há mais de trinta dias”, observa.

A indicação das comarcas e varas a serem contempladas com o Pauta Zero será feita pelo corregedor, por ofício (iniciativa própria), ou a pedido do juiz titular.

## ■ Júri

A juíza Leoneide Delfina Barros Amorim, titular da comarca de Pindaré-Mirim, presidirá tribunal do júri nesta quinta-feira, 9, na Câmara Municipal, a partir das 8h, quando Edvaldo Pacheco Leitão, 31 anos, será julgado sob a acusação de assassinar José Ribamar Costa a golpes de facão.

De acordo com o processo, o crime aconteceu em junho de 2001, no bairro Campo Agrícola, na sede do município. Depois de um mal-entendido, acusado e vítima duelaram, cada qual com um facão, e José Ribamar foi atingido no abdômen. Ele ainda foi socorrido, mas morreu em seguida. Depois do crime, Edvaldo foi à polícia e relatou os fatos.

Além da juíza atuarão no julgamento o promotor de justiça Marco Antônio Santos e o advogado de defesa Augusto Carlos Costa.